

Parlamento vai ouvir várias personalidades sobre a eventual ampliação da pista do Pico

O Parlamento dos Açores deliberou a audição presencial de várias entidades e de um membro do Governo Regional sobre a ampliação e operacionalidade da pista do aeroporto do Pico.

A Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa Regional dos Açores esteve a analisar, entre outros pontos da ordem de trabalhos, o Projecto de Resolução n.º 67/XII (PS) - “Ampliação da pista do Aeroporto do Pico”.

O Projecto de Resolução pretende que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional dos Açores “que desenvolva as diligências necessárias” para “avançar com todos os trabalhos preparatórios para a concretização do projecto de execução da ampliação da pista do aeroporto da ilha do Pico, designadamente, com um prolongamento para oeste na ordem dos 700 metros”.

O documento sustenta ser esta “a solução técnica que garante a operacionalidade sem limitações para as aeronaves de médio curso, inclusive toda a frota actual da SATA Azores Airlines”.

Defende ainda que seja garantida “a inclusão dos valores necessários à elaboração deste projecto de ampliação da pista do aeroporto da ilha do Pico, no Plano Regional Anual para 2022”, lê-se no Projecto de Resolução.



A iniciativa socialista visa promover, “durante e após a conclusão do projecto, os contactos necessários com diversas entidades aeronáuticas, com vista à salvaguarda da viabilidade plena do projecto”, acrescenta.

O aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha

do Pico é um pedido com anos, pelos locais.

Em Comissão, o deputado socialista Miguel Costa requereu “a audição presencial do Secretário Regional da tutela, dos coordenadores do grupo Aeroporto do Pico e promotores da petição” pelo aumento da operacionalidade

da pista do aeroporto.

O PS solicitou ainda a audição da “Associação Comercial e Industrial da ilha do Pico e da Associação de Municípios da Ilha do Pico, também presencial”, e “por escrito do Conselho de Ilha do Pico, do departamento de operações de voo da SATA e a SATA - gestão de aeródromos”.

O PSD disse também requerer a audição dos peticionários do grupo Aeroporto do Pico e também de “um membro do Governo Regional, da Associação Comercial e Industrial do Pico e da Associação de Municípios”, segundo referiu na Comissão o deputado social-democrata Marco Costa.

“Concordamos também com a questão da audição do Conselho de Ilha por escrito e com a SATA - gestão de aeródromos”, acrescentou.

Já o deputado do CDS-PP Rui Martins concordou “com as propostas feitas” e adicionou uma diligência no sentido da audição “presencial” do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), nomeadamente um especialista em meteorologia aeronáutica.

O deputado independente Carlos Furtado disse nada ter a acrescentar às propostas, assim como o deputado da Iniciativa Liberal (IL), Nuno Barata.

O parlamentar do PPM Gustavo Alves disse concordar com as propostas de audição.

Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência será instalado em Novembro

O deputado único do Chega no Parlamento açoriano, José Pacheco, avançou que o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, proposto pelo partido, vai ser criado até Novembro pelo Governo Regional.

A informação foi revelada por José Pacheco em declarações aos jornalistas, após uma reunião em Ponta Delgada com o Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Joaquim Bastos e Silva.

“Não viemos aqui sorridentes, satisfeitos. Viemos com alguma apreensão, uma vez que sentíamos que o gabinete não estava a ser feito ou não existia”, afirmou José Pacheco.

A criação de um gabinete de prevenção da corrupção e da transparência foi uma das reivindicações do Chega para firmar um acordo de incidência parlamentar com o PSD, o CDS-PP e o PPM, para suportar o actual Governo dos Açores.

No Plano da Região para este ano, foi inscrita uma verba de 50 mil euros para a implementação do gabinete.

“Da longa conversa que tivemos com o senhor secretário, houve uma



série de compromissos e novidades: até ao Orçamento, até novembro mais ou menos, já teremos a criação do gabinete, que contará com uma data de pessoas dessa área”, declarou José Pacheco.

O deputado afirmou que existe “falta de meios humanos” na Região para cobrir uma “área muito específica” como a corrupção.

“Não é uma questão de dinheiro. Neste momento existe um problema de meios humanos”, disse, referindo-se ao atraso na criação do gabinete.

José Pacheco revelou também que o Governo dos Açores pretende avançar com um portal digital da queixa a nível regional, onde poderão ser denunciados casos de corrupção.

Questionado sobre as críticas ao

Governo Regional sobre a distribuição de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o deputado do Chega desvalorizou as acusações, referindo que não se trata de uma “competência do Governo Regional”.

“Não me vou alongar nisto nem vou entrar num circo mediático de populismo e falsas verdades”, assinou.